

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 15

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ex-auditor atuou em fraude bilionária também fora de SP 3

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - BRASIL-EUA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Incertezas globais trazem "janela de oportunidade" para o Brasil 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

FGC ampliado gera distorção, diz Galípolo 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo e Motta chegam a acordo para transição de 1 ano em PEC da 6x1 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Saúde mental vira obrigação legal nas empresas brasileiras; entenda (SAÚDE NO
TRABALHO)
..... 10

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo Federal destina ex-prédio do INSS em Porto Alegre para habitação popular 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Acordo prevê limite aos penduricalhos 13

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - BRASIL-EUA
SERVIDOR PÚBLICO

Para analistas, 'terra da liberdade' está sob ameaça 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relatora propõe dispositivos pró-agro em PLP dos combustíveis 16

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Doações via incentivo fiscal têm recorde de R\$ 7,5 bi, mas reforma tributária ameaça setor
..... 17

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e o impacto direto na indústria 19

VALOR ONLINE - NOTICIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Exportações do Brasil aos EUA caem há nove meses consecutivos 21

VALOR ONLINE - NOTICIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Investimentos americanos no Brasil continuam firmes 23

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo do Rio aposta em aval federal para desapropriar Refit 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo confirma ajuda à gasolina e estuda mais medidas para diesel.....27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

No 1º dia, 1,4 milhão acessa app do FGTS para quitar dívida.....28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado vê inflação acima de 5%.....29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Durigan: Brasil sofre menos com guerra.....31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Autonomia do BC poderia ter gerado R\$ 1,067 tri ao governo.....32

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - BRASIL-EUA
ECONOMIA

Exportadores temem imposição de novas barreiras não tarifárias.....33

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - BRASIL-EUA
ECONOMIA

Momento é de alívio, mas relações continuam delicadas.....35

Ex-auditor atuou em fraude bilionária também fora de SP

O ex-auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto, preso desde agosto acusado de chefiar um esquema bilionário de corrupção na Secretaria da Fazenda paulista, atuou irregularmente além dos limites de São Paulo. Segundo relatório produzido há duas semanas pela **Receita Federal** e pelo Ministério da Fazenda, Neto e seu grupo transmitiram, a partir de 2021, 3.216 declarações de compensações tributárias federais, resultando na extinção de R\$ 1,74 bilhão em **impostos** como PIS e Cofins para empresas que o contratavam.

"A atuação do grupo evidencia plena consciência das burlas praticadas contra o sistema tributário, revelando a intenção objetiva de enriquecer rapidamente por meios ilícitos, em detrimento do patrimônio público", diz o relatório dos dois órgãos remetido ao Ministério Público paulista.

No âmbito estadual, Artur foi preso junto com o empresário Sidney Oliveira, dono da Ultrafarma, o diretor estatutário da Fast Shop, Mário Otávio Gomes, além do empresário Celso Eder Gonzaga de Araújo, acusado de ser cúmplice de Neto. Dos quatro, apenas o ex-auditor permanece detido em regime fechado. Os acusados movimentaram mais de R\$ 1 bilhão em propinas no esquema estadual - as demais empresas envolvidas também estão sendo investigadas e processadas pelo MP-SP.

A Ultrafarma e a Fast Shop também foram citadas no documento da **Receita Federal** como beneficiárias de compensações tributárias milionárias. Enquanto a primeira obteve R\$ 121 milhões em créditos, a segunda recebeu R\$ 2,7 milhões. Como tratado em contrato, a comissão do grupo de Neto variava entre 20% e 30% do total ressarcido.

Em nota, a Fast Shop disse que não teve acesso ao relatório "e, por isso, desconhece integralmente o valor mencionado. (...) A companhia reitera que segue colaborando com as autoridades". A assessoria da Ultrafarma diz que a empresa está colaborando com a investigação e que as informações veiculadas serão esclarecidas no decorrer do processo.

PLANO DE NACIONALIZAÇÃO

Em agosto passado, O GLOBO mostrou que Neto tinha planos para nacionalizar ainda mais seu

esquema federal. Na ocasião, documentos obtidos por meio de quebra de sigilo telemático, como telefone e email, mostraram contratos firmados com a Ultrafarma.

Chamado de "minuta de contrato/projeto federal", um dos e-mails mostra Neto enviando a um advogado os de talhesdoacordoentrea Ultra farm a e a empresa de contabilidade Providence Consultoria Tributária Digital, com sede em Santa Catarina.

Entre os objetos do acordo estão "minimização de riscos junto à Secretaria da **Receita Federal do Brasil**" e "levantamento e validação de eventuais créditos, principais e acessórios junto à Secretaria da **Receita Federal do Brasil**".

Na **Receita Federal**, ao contrário do que ocorria na Secretaria da Fazenda paulista -órgão em que Neto possuía cargo de direção e autorizava os créditos que ele mesmo havia lançado, além de muitas vezes inflar os ressarcimentos - os montantes federais não eram facilmente liberados, mesmo após a contratação do ex-auditor. Ainda assim, o grupo não reduzia suas investidas e prometia mais recursos do que realmente as empresas tinham direito. Segundo os investigadores paulistas, o ex-auditor chamava essa diferença -entre o que as empresas achavam que iam ressarcir e o que realmente era direito delas - de "minério". Para ampliar esse ganho, os acusados investiram em softwares especiais.

Como mostrou O GLOBO na semana passada, Artur Gomes da Silva Neto tentou fazer um acordo de delação premiada com o MP de São Paulo, mas o órgão não aceitou os termos, alegando que o acusado omitiu a existência de R\$ 100 milhões em criptomoedas. Procurado via advogados, o ex-auditor não respondeu.

Incertezas globais trazem "janela de oportunidade" para o Brasil

Marina Lang Para o Valor, de São Paulo

Mesmo em meio a instabilidades causadas pelas tarifas impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil, especialistas avaliam que existem muitas oportunidades para a realização de novos negócios com investidores americanos.

Além do interesse dos Estados Unidos em terras raras - já que o Brasil detém 23% das reservas mundiais desses minérios, apesar da produção atual ser inferior a 1% da mundial, segundo o Serviço Geológico do Brasil (SGB) -, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) elaborou, em fevereiro de 2026, um Mapa de Oportunidades, que identificou 992 chances para produtos brasileiros no país em diversos setores, incluindo máquinas e equipamentos, petróleo e combustíveis, alimentos e bebidas, entre outros.

A entidade do governo brasileiro informou que atua em 39 projetos setoriais com foco nos Estados Unidos: além dos já mencionados, serviços como arquitetura e audiovisual também estão no trabalho de divulgação desenvolvido pela agência.

Everton Wutke, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior (Abece), diz que as medidas do governo Trump - como a investigação comercial sobre o Pix e as tarifas - têm dois efeitos: pressão direta sobre setores específicos e aumento na percepção de risco. "Algumas cadeias são afetadas de forma objetiva. O investidor não olha só a medida em si, mas o ambiente que se sinaliza. Dito isso, não é algo estrutural contra o Brasil, é parte de uma estratégia global dos EUA. E abre espaço para o Brasil se posicionar melhor, se souber jogar o jogo. Aqui entra diplomacia econômica e inteligência comercial", analisa.

A entidade vem trabalhando para destravar o ambiente de operações bilaterais. Alguns dos ângulos abordados são a preservação da competitividade diante da **reforma tributária**; a interlocução com autarquias do governo, como a **Receita Federal**, para simplificação e segurança jurídica; a participação ativa no Portal Único de Comércio Exterior para digitalização e integração total dos processos de transações; e a atuação no Projeto de Lei 4.423/2024, conhecido como Lei Geral do Comércio Exterior, que

deve unificar o arcabouço legal sobre o tema.

Thales Saito, head do escritório do Machado Meyer em Nova York - filial que completa oito anos com o objetivo de aproximar investidores externos do mercado brasileiro -, afirma que o Brasil está bem posicionado em investimentos diretos dos Estados Unidos, sobretudo ante o cenário internacional marcado por incertezas e disputas geopolíticas. No entanto, para que o país aproveite plenamente essa "janela de oportunidade", ele concorda com o presidente da Abece: avanços na simplificação tributária e na segurança jurídica são fundamentais para garantir a previsibilidade exigida pelo capital estrangeiro.

Entre os segmentos que mais atraem o olhar do investidor americano, Saito aponta a energia limpa, o mercado consumidor robusto e, especialmente, os data centers, que têm recebido aportes relevantes. A mineração também surge como um setor estratégico, impulsionada pela necessidade americana de diversificar o fornecimento de terras raras.

A recente transação da mineradora Serra Verde, a única de terras raras em escala comercial no país, com a USA Earth Rare, exemplifica esse movimento. Para o especialista, o Brasil se beneficia de uma postura "mais neutra geopoliticamente", o que favorece a captação de recursos de quem busca alternativas à dependência chinesa.

Apesar do otimismo, o "custo Brasil" continua sendo o principal entrave para os negócios. Saito destaca que o ambiente legal e regulatório ainda é visto com cautela. "O investidor acha que existe certa insegurança jurídica no Brasil", explica, citando três pilares críticos: o sistema tributário, as questões trabalhistas e a volatilidade cambial.

A **legislação tributária** brasileira, frequentemente rotulada como a mais complexa do mundo, é um obstáculo direto. Saito avalia que a **reforma tributária** pode ajudar, ressaltando a **necessidade de simplificação**, para facilitar ao investidor a compreensão dos custos tributários no país. No campo trabalhista, afirma Saito, o caráter "protecionista" do país e o volume de ações judiciais costumam assustar quem nunca investiu em solo brasileiro.

Nem tudo, porém, é crítica. O Brasil tem implementado medidas significativas para aumentar sua atratividade. Saito cita como avanços reais a nova regulação de câmbio do Banco Central e a Lei 2.431, que oferece isenção de imposto de renda para estrangeiros que atuam em projetos de infraestrutura. Além disso, ele aponta que, em 2023, o país modernizou a legislação para fundos de investimento, trazendo maior limitação de responsabilidade para o investidor. "No final das contas, tem uma série de medidas que ajudam a tornar o país mais atrativo", afirma. O caminho para consolidar o investimento dos EUA passa pela continuidade dessas reformas de modernização, conclui.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Incertezas globais trazem 'janela de oportunidade' para o Brasil

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

FGC ampliado gera distorção, diz Galípolo

» **RAFAELA GONÇALVES**

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, vê com receio propostas de ampliação da proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) por considerar que mudanças podem distorcer a finalidade original do mecanismo. O comentário foi uma resposta indireta à proposta apresentada pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, senador Renan Calheiros (MDB-AL), para ampliar a cobertura do FGC a depósitos feitos por Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS) e entidades de **previdência complementar** no Banco Master.

Segundo Galípolo, o FGC foi criado para proteger investidores de varejo, e não investidores institucionais ou profissionais. Ele destacou que o valor médio dos ressarcimentos pagos pelo fundo é muito inferior ao teto atual de R\$ 250 mil, o que, na avaliação dele, sinaliza cautela para eventuais mudanças nas regras.

"Tenho bastante receio de a gente provocar uma distorção sobre o que é a finalidade do FGC, e que a gente passe a atribuir, com tíquetes maiores, um risco maior que desequilibre essa equação que a gente falou sobre probabilidade de ocorrência de sinistros" disse ele, na apresentação do Relatório de Estabilidade Financeira (REF) do segundo semestre de 2025, ontem, na sede do BC.

Galípolo ressaltou que investidores institucionais assumem riscos ao buscar maior rentabilidade nas aplicações financeiras. "Quem está do outro lado do balcão, tomando decisões de investimento, só recebe prêmio porque assumiu riscos. Então, faz parte desse processo tomar decisões e, a partir delas, avaliar a relação entre risco e retorno" disse.

Galípolo também afirmou que não cabe ao Banco Central avaliar diretamente a proposta em tramitação no Congresso, mas reforçou a preocupação com possíveis impactos sobre o funcionamento do FGC.

Proposta

A proposta apresentada pelo senador Renan Calheiros prevê a inclusão de um novo artigo na Lei 9.710/1998 para garantir cobertura integral aos depósitos realizados por regimes próprios de previdência e entidades de **previdência complementar** de estados, municípios e do Distrito Federal no conglomerado do Banco Master.

O texto estabelece que a proteção não ficará sujeita aos limites atualmente previstos nas regras do FGC, ampliando a cobertura para além do teto definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na justificativa do projeto, Renan afirma que a medida busca proteger fundos de previdência que teriam cometido o "equivoco" de aplicar recursos no banco em meio a um "imbróglio" envolvendo suspeitas de desvio de recursos e indícios de corrupção.

O senador ressalta, porém, que a proposta não impede a apuração de responsabilidades. Segundo o texto, gestores públicos poderão ser investigados e eventualmente responsabilizados em casos de dolo ou má-fé.

Após a apresentação à Mesa Diretora do Senado, a proposta aguarda despacho do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), que decidirá quais comissões irão analisar o projeto. Ainda não há previsão para o encaminhamento.

Rombo

Dados do Ministério da Previdência mostram que 18 fundos de pensão de **servidores públicos** acumularam cerca de R\$ 1,8 bilhão em investimentos ligados ao Banco Master, instituição controlada pelo banqueiro Daniel Vorcaro, alvo de investigações por suspeitas de crimes como fraude bancária.

Os recursos foram aplicados, principalmente, em letras financeiras emitidas pelo Master - títulos usados pelo banco para ampliar a captação depois que o Banco Central endureceu as regras para emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) voltados a investidores pessoa física, até então, a principal fonte de recursos da instituição.

A maior exposição está concentrada no Rioprevidência, fundo de previdência dos servidores do Estado do Rio de Janeiro. A entidade investiu cerca de R\$ 1 bilhão em letras financeiras emitidas entre outubro de 2023 e agosto de 2024, com vencimentos previstos para 2033 e 2034.

Na sequência, aparece a Amprev, do Amapá, com, aproximadamente, R\$ 400 milhões aplicados em papéis do Banco Master. O fundo tem entre os integrantes do conselho o advogado Alberto Alcolumbre, irmão de Davi Alcolumbre. (Com informações da Agência Estado)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/05/26/all.pdf>

Governo e Motta chegam a acordo para transição de 1 ano em PEC da 6x1

Beatriz Roscoe, Ruan Amorim e Murillo Camarotto

O governo e a cúpula da Câmara dos Deputados chegaram a um acordo para que a proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1 tenha um período de transição de um ano. O martelo foi batido durante uma reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), realizada na segunda-feira (25).

Horas depois, o relator do texto, deputado Leo Prates (RepublicanosPB), apresentou seu parecer na comissão especial que discute a PEC, mas houve um pedido de vista do deputado Mauricio Marcon (PL-RS) e a votação foi adiada. Com isso, será necessário aguardar duas sessões do plenário da Casa para retomar a análise. Mesmo assim, a expectativa é votar a proposta no colegiado e no plenário, em dois turnos, ainda esta semana. Somente então o texto seguirá para o Senado.

O relatório traz a redução dividida em duas etapas. A primeira, de 44 horas semanais para 42, será feita ainda neste ano, após 60 dias da promulgação da PEC. Já a segunda etapa de redução, de 42 horas para 40, deve acontecer em 12 meses.

O período de transição da proposta era o principal impasse em torno do texto. Segundo Motta, havia três pontos "inegociáveis" tanto para a Câmara quanto para o governo: a redução da jornada de 44 horas para 40 horas, o fim da escala 6x1, com duas folgas semanais, e a garantia da não redução salarial.

"Nós faremos a redução de 44 horas para 40 horas em um ano após essa primeira redução de duas horas. Isso atende o apelo da classe trabalhadora, também escuta o setor produtivo, dá um tempo para que os setores possam se organizar", disse.

Com o entendimento entre Motta e o governo, empresários já buscam o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para tentar negociar mudanças no texto. O setor produtivo esperava um período de transição para as mudanças mais longo. Como o Valor mostrou, o relator defendia uma transição de dois a quatro anos. O período mais curto e a implementação imediata de algumas mudanças, no entanto, era um pleito do governo.

A leitura de representantes do setor produtivo é de que o maior alinhamento entre Lula e Motta torna mais difícil emplacar mudanças robustas no texto. Eles apostam no mal-estar entre Alcolumbre e o governo para conseguir avançar nas negociações.

Ciente da situação, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, fez um apelo na segunda para que o presidente do Senado dê celeridade à PEC. Enquanto isso, representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) levarão nesta terça-feira (26) ao senador preocupações com o avanço da proposta.

O relatório de Prates garante dois dias de repouso semanal remunerado, um dos quais preferencialmente - mas não obrigatoriamente - aos domingos. O texto também prevê que convenção ou acordo coletivo de trabalho poderão estabelecer regime compensatório para trabalhadores sujeitos a regimes diferenciados.

O mecanismo poderá ser usado para determinar regimes para jornadas diferenciadas como plantões, turnos contínuos ou outro modelos de escalas, como por exemplo a 12x36 - comum em setores da saúde. Além disso, o projeto de lei (PL) enviado pelo governo ao Congresso tratará de regras para regimes diferenciados de jornadas de trabalho de cada setor.

O texto também estabelece uma exceção às novas regras para os chamados trabalhadores "hiperssuficientes", profissionais com diploma de nível superior e remuneração mensal igual ou superior a 2,5 vezes o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), cerca de R\$ 21,2 mil.

Pelo relatório, as regras sobre limite de jornada e controle de horário de trabalho não se aplicarão a esses trabalhadores. A faixa foi ampliada em relação ao que já havia sido ventilado, que falava em salários superiores a R\$ 16,9 mil.

A proposta, porém, mantém a garantia de dois dias de repouso e preserva a possibilidade de proteção adicional por meio de acordos ou convenções coletivas. A exceção não vale para **servidores públicos**.

O relatório também determina que uma futura lei complementar crie regras temporárias e medidas de mitigação de impactos para microempreendedores individuais (MEIs). Segundo Motta, como haverá redução da jornada, a ideia é permitir que esses trabalhadores contratem mais pessoas e a Câmara irá atualizar o teto do MEI. "Isso está sendo conversado com a equipe econômica, para se medir o impacto."

No parecer, o deputado ressalta que, apesar dos argumentos contrários à última redução da jornada de 48 horas para 44 horas, que apontavam para o iminente colapso do sistema econômico, a adoção do regime não materializou os cenários negativos. "Pelo contrário, a mudança institucional trazida pela Carta Magna de 1988 demonstrou ser sustentável para o mercado produtivo nacional", afirmou.

Ele rebateu, ainda, argumentos de que a proposta afetará a produtividade brasileira. "Trabalhadores submetidos a jornadas mais equilibradas tendem a apresentar melhores índices de produtividade por hora trabalhada, menores taxas de absenteísmo, menor incidência de adoecimento mental e maior estabilidade nas relações laborais."

O setor produtivo tem alertado para impactos econômicos da proposta e efeitos na produtividade. A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) criticou a transição de um ano. "É fundamental que o governo apresente, com clareza, quais medidas serão adotadas para compensar os impactos econômicos e sociais decorrentes da proposta."

A Confederação Nacional do Comércio (CNC), por sua vez, defendeu que a definição das jornadas de trabalho deve ser feita através de negociações coletivas entre patrões e empregados, e não via PEC.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Saúde mental vira obrigação legal nas empresas brasileiras; entenda (SAÚDE NO TRABALHO)

Amanda S. Feitoza +

A partir desta terça-feira (26/5), a saúde mental passa oficialmente a integrar a lista de obrigações legais das empresas brasileiras com a entrada em vigor da atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), do Ministério do Trabalho. Na prática, a mudança obriga empregadores a identificar, mapear e prevenir riscos psicossociais no ambiente corporativo - como assédio moral, metas abusivas, excesso de demandas e ambientes emocionalmente hostis. A fiscalização começa agora e empresas que ignorarem as novas exigências poderão sofrer multas, ações trabalhistas e até interdição de atividades.

A atualização ocorre em meio a um cenário alarmante. Segundo dados da **Previdência Social**, o Brasil registrou mais de 546 mil afastamentos do trabalho por transtornos mentais em 2025, o maior número da série histórica. O custo para o **INSS** chegou perto de R\$ 1 bilhão.

Para a assessora de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), Valéria de Oliveira Dias, a nova norma representa uma mudança profunda na forma como o adoecimento emocional é tratado nas relações de trabalho. "A lógica para o cuidado da saúde mental no trabalho passa a ser preventiva, de proteção à pessoa trabalhadora para evitar que ela adoça", afirma.

Segundo ela, antes da atualização, o foco das empresas estava concentrado em riscos físicos e mais visíveis, como máquinas, ruídos, produtos químicos e esforço repetitivo. Agora, fatores emocionais entram formalmente no mesmo nível de importância. "Os chamados riscos psicossociais, que afetam a saúde mental e as emoções de quem trabalha, passam a entrar nessa mesma lista obrigatória, em pé de igualdade com os demais", explica.

Importante lembrar que nessa segunda-feira (25), o Ministério do Trabalho adiou em 90 dias a aplicação de multas relacionadas às mudanças nas regras da Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que começam a valer nesta terça-feira (26). Apesar do adiamento, no

período de três meses o critério serão as duas visitas feitas pelo fiscal e a primeira deverá ser para orientação da empresa, sem a aplicação de sanções administrativas.

"Durante os 90 dias subsequentes à entrada em vigor, a atuação da Inspeção do Trabalho tende a priorizar ações de orientação, instrução e notificação das organizações quanto à necessidade de adequação, especialmente em relação às novas exigências introduzidas, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas nos casos aplicáveis", diz a pasta.

Com a nova NR-1, todas as empresas com funcionários registrados precisarão incluir riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Isso significa que situações como pressão excessiva, jornadas abusivas, clima de medo, assédio moral e insegurança constante passam a exigir monitoramento formal e medidas preventivas.

A especialista destaca que não basta apenas reconhecer os problemas no papel. Será necessário criar planos de ação concretos, envolver lideranças e documentar tudo. "A empresa deve focar, de forma mais proativa e documentada, no bem-estar psicofísico dos trabalhadores. É uma exigência que pode ser cobrada pela fiscalização", diz.

Entre as medidas esperadas estão:

O burnout, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como síndrome ligada ao trabalho, tende a ganhar ainda mais relevância jurídica com a nova regulamentação. Segundo Valéria, quando o adoecimento é reconhecido como ocupacional, ele passa a ter efeitos semelhantes aos de um acidente de trabalho. Isso inclui estabilidade de 12 meses após o retorno do afastamento, depósito do FGTS durante o período afastado e possibilidade de indenizações. "Se a empresa ignorou o problema e alguém adoeceu, esse documento, ou a falta dele, vira prova contra ela", alerta.

Ela afirma que o maior risco para as empresas não é apenas financeiro, mas também estrutural. "O adoecimento no trabalho, na maioria das vezes, é

sintoma de algo que está errado no ambiente de trabalho."

A nova norma amplia o entendimento sobre fatores que podem causar adoecimento mental no ambiente profissional. Entre os principais riscos estão:

A especialista chama atenção também para o trabalho mediado por aplicativos e plataformas digitais. "O ritmo e as metas são **impostos** por algoritmos, sem que o trabalhador saiba ao certo as regras do jogo. É um terreno fértil para esse tipo de adoecimento."

A nova regra também fortalece os mecanismos de denúncia para trabalhadores que enfrentam ambientes emocionalmente abusivos. As denúncias podem ser feitas internamente, por canais de ética e pela CIPA, mas também diretamente ao sindicato, à fiscalização do trabalho ou ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Em muitos casos, o procedimento pode ser anônimo.

Segundo Valéria, a legislação também protege trabalhadores contra retaliações. "Retaliar um trabalhador por ele ter apontado um problema é, em si, uma conduta ilícita, que gera responsabilidade para a empresa."

Para especialistas da área trabalhista, a atualização da NR-1 deve mudar também o cenário das disputas judiciais envolvendo saúde mental. Isso porque as empresas passarão a ter obrigação de produzir documentos comprovando que identificaram riscos e adotaram medidas preventivas.

Caso não façam isso, a ausência de registros poderá ser usada como prova em processos. "Se a empresa mapeou o risco e nada fez, isso pesa contra ela. Se sequer mapeou, descumpriu a norma", afirma a pesquisadora.

Ela avalia que o avanço acompanha uma mudança mais ampla na Justiça do Trabalho, que vem reconhecendo cada vez mais o direito ao ambiente de trabalho saudável, inclusive do ponto de vista emocional.

Para Valéria, o recorde de afastamentos por transtornos mentais evidencia uma falha estrutural nas relações de trabalho atuais. "Quando o adoecimento vira fenômeno de massa, a explicação está na forma como o trabalho está organizado, não apenas na história individual de cada um."

Segundo ela, a principal mudança trazida pela nova NR-1 é justamente deslocar o foco do indivíduo para o ambiente corporativo. "O trabalho, que deveria ser fonte de dignidade e pertencimento, tem adoecido as

pessoas. A norma é uma tentativa, ainda inicial, de inverter essa rota , conclui a especialista.

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2026/05/7427699-saude-mental-vira-obrigacao-legal-nas-empresas-brasileiras.html>

Governo Federal destina ex-prédio do INSS em Porto Alegre para habitação popular

Adriano Ribeiro / Porto Alegre 24 horas

O ex-prédio do Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**, situado no Centro Histórico de Porto Alegre, foi incluído oficialmente na lista de propriedades públicas direcionadas ao Minha Casa, Minha Vida - Entidades. A determinação partiu da Superintendência de Patrimônio da União (SPU) e foi formalizada por meio de uma portaria editada na última sexta-feira (22).

Atualmente, a estrutura serve de abrigo para famílias que perderam suas residências na catástrofe climática de 2024, além de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). O espaço recebeu o nome de Ocupação Maria da Conceição Tavares, homenageando a economista que faleceu no mesmo ano das cheias.

A comunidade afetada pelas cheias se concentra do térreo até o quarto pavimento da edificação, que conta com um total de 26 andares. Diante do cenário de ociosidade do restante da estrutura, o MTST já havia protocolado uma proposta técnica voltada para a transformação do arranha-céu em um condomínio de moradia popular, estimando a criação e a adaptação de 240 unidades habitacionais.

Segundo a SPU no Rio Grande do Sul, o planejamento aproveitará uma chamada pública que já se encontra em tramitação no programa. O cronograma de execução das obras será estendido para conseguir absorver essa nova demanda e, conforme o órgão federal, os atuais ocupantes do imóvel terão prioridade absoluta no cadastramento, devendo ser integralmente contemplados caso cumpram as regras sociais e as faixas de renda exigidas pelo fundo financiador.

A vertente Entidades do programa habitacional faz parte de uma política macro chamada Programa de Democratização de Imóveis da União, também denominada Imóvel da Gente. Essa iniciativa viabiliza subsídios financeiros para famílias de baixa renda organizadas coletivamente por associações ou entidades privadas sem fins lucrativos. O objetivo é subsidiar a reforma ou a construção de moradias nas cidades utilizando as verbas geridas pelo Fundo de Desenvolvimento Social.

A destinação do antigo edifício federal carrega uma

forte representação política e social para o estado. A própria origem do Imóvel da Gente remonta a cobranças feitas por movimentos sociais em 2023 sobre o grande volume de patrimônios da União abandonados nos municípios, resultando na destinação atual de cerca de 1.800 propriedades para fins de moradia e assistência.

Além disso, a SPU ressalta o impacto humanitário da medida na capital gaúcha, uma vez que o coração geográfico de Porto Alegre passará a acolher em definitivo cidadãos que foram vítimas diretas do desastre ambiental. A transformação do espaço em área residencial fixa é vista pelas autoridades como uma forma de reabilitar a segurança habitacional e reinserir dinamismo socioeconômico na região central da cidade.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/governo-federal-destina-ex-predio-do-inss-em-porto-alegre-para-habitacao-popular,068d9ae26f4a00f2c261c69c7935d257ml5m0lcx.html>

Acordo prevê limite aos penduricalhos

» **IAGO MAC CORD**

Os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), firmaram ontem um acordo para impor limites aos chamados "penduricalhos", benefícios que, muitas vezes, levam o salário de juízes e **servidores públicos** a extrapolar o teto constitucional, atualmente em R\$ 46.366,19.

Eles se reuniram para alinhar o rascunho de um projeto de lei (PL) que regulamentará o sistema remuneratório de juízes e servidores em geral.

Ambos querem construir uma solução legislativa ampla que limite a multiplicação de vantagens pecuniárias acessórias, como gratificações, abonos e parcelas autônomas que, na prática, inflam os vencimentos acima do permitido. Ficou definido, no encontro, que o STF enviará uma proposta remuneratória estruturada para que o Congresso Nacional formule o texto final da lei.

"Reconheceu-se que se trata de questão estrutural, a demandar solução legislativa de caráter geral que preserve a valorização das carreiras públicas", escreveram Fachin e Alcolumbre, em nota enviada à imprensa.

Esse movimento ocorre em um contexto de endurecimento da Suprema Corte contra gastos excessivos. Em março, o Tribunal consolidou o entendimento de que vantagens que extrapolam o teto ou que não possuem vinculação direta com a prestação do serviço são inconstitucionais.

Votação no CNJ

Além disso, o acordo entre STF e Congresso ocorreu à véspera de uma votação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), hoje, sobre a criação de um "contracheque único" obrigatório para todos os juízes do país, medida que visa trazer transparência absoluta aos ganhos reais da categoria e dificultar o pagamento de verbas que excedam o teto constitucional.

Atualmente, a fiscalização é dificultada porque a remuneração não é consolidada em um único documento, dispersando-se em folhas suplementares e registros variados que nem mesmo a cúpula do Judiciário consegue monitorar com precisão.

O cerne da proposta que o CNJ irá votar é a criação

da Tabela Re-muneratória Unificada (TRU). A necessidade dessa padronização é evidenciada pelo caos administrativo identificado em auditorias: o Conselho mapeou mais de 500 rubricas diferentes usadas pelos tribunais para pagamentos a magistrados, enquanto um estudo da Transparência Brasil localizou mais de três mil termos distintos para descrever vencimentos.

Segundo Fachin, que também preside o CNJ, a medida que deve ser aprovada hoje permitirá saber de forma clara quanto se remunera, efetivamente, a magistratura.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/26/all.pdf>

Para analistas, 'terra da liberdade' está sob ameaça

"A democracia está em situação pior do que eu esperava, mas está sobrevivendo" Kurt Weyland

Derrotado pela Suprema Corte em seus planos de política tarifária, enfrentando uma perda vertiginosa de popularidade e enredado em uma guerra que parece sem saída no Oriente Médio, o presidente americano, Donald Trump, parece já não ser o rolo compressor que, no ano passado, ignorava a oposição e acumulava poderes. Seus aliados vêm perdendo disputas locais e as projeções para as eleições de meio de mandato, em novembro, são de uma clara derrota para os republicanos. Até mesmo em seu movimento "Maga" aparecem fissuras.

A mudança dos ventos também altera o cenário das análises políticas. O ano de 2025 foi marcado por alertas de que a democracia americana corria o perigo iminente de se tornar uma autocracia. Em setembro, por exemplo, uma enquete publicada pela Bright Line Watch, associada ao Centro sobre Democracia da Universidade de Chicago, reduziu o índice democrático do país de 79, em 2024, para 57, em 2025, em uma escala de 100. É o valor mais baixo desde o início da iniciativa, em 2017.

A previsão mais lúgubre foi apresentada pelos cientistas políticos Steven Levitsky, Daniel Ziblatt e Lucan Way - os dois primeiros, autores do best-seller "Como as Democracias Morrem", de 2018. Em fevereiro deste ano, no rescaldo do sequestro de Nicolás Maduro em Caracas, o trio publicou um artigo na revista Foreign Affairs afirmando que antes do fim do atual mandato os Estados Unidos teriam se tornado um regime "autoritário competitivo", aquele em que há disputa entre partidos, mas o chefe do Poder Executivo é capaz de punir e excluir seus adversários, perpetuando-se no poder.

Em 2026, o tom das análises mudou. A principal pergunta, agora, é: "Até que ponto a democracia americana foi danificada pelas iniciativas de Trump?" Medidas como a demissão - ou, em termos mais fortes, o expurgo - de funcionários públicos identificados como adversários políticos, as investigações e processos contra oponentes ou pessoas que manifestavam resistência, ou ainda o envio de tropas federais a cidades de maioria democrata, vão se tornar o novo normal na política do país?

Apesar de um certo consenso de que a democracia nos EUA sofreu, sim, um abalo duradouro, por ora a maioria dos analistas ainda considera que, no essencial, ela vai sobreviver. As cicatrizes, no entanto, serão profundas.

"A equipe de Trump erodiu sistematicamente a democracia americana, mas as estruturas institucionais básicas não foram quebradas. Ainda não está claro até que ponto eles pretendem ir, porém instituições como os tribunais e o Legislativo estão intactas. Os processos democráticos centrais estão funcionando", afirmam, por e-mail, os cientistas políticos Thomas Carothers e McKenzie Carrier, do think tank Carnegie Endowment for International Peace.

Em agosto do ano passado, Carothers e Carrier publicaram o estudo "Retrocesso Democrático nos EUA em Perspectiva Comparada" ("U.S. Democracy Backsliding in Comparative Perspective"), em que cotejaram o que se passa nos EUA com países que tiveram experiências parecidas, como Hungria, Polônia, Turquia e também o Brasil.

"A restauração da democracia americana vai enfrentar as mesmas barreiras de outras democracias em recuperação: a polarização tóxica e profunda, a resistência de membros da oposição que ainda ocupam cargos no governo. Mas a ausência de uma derrocada institucional completa sugere que restaurar o comportamento democrático será possível", argumentam.

Uma expressão usada para explicar o efeito de dois mandatos de Trump na democracia americana é "expansão do Executivo" (executive aggrandizement). O nome designa um processo em que o Executivo progressivamente incorpora prerrogativas de outros poderes. O fenômeno se verificou em outros países que também passaram por retrocessos democráticos, mas o caso americano tem uma particularidade, apontam Carothers e Carrier. Mesmo dentro da estrutura do Executivo, a figura do presidente adquire poderes particularmente extraordinários, o que tem levado Trump a ser considerado um presidente "imperial".

"A democracia está em situação pior do que eu

esperava, mas está sobrevivendo e vai sobreviver, embora ferida e deteriorada", diz o cientista político Kurt Weyland, da Universidade de Austin, no Texas, e autor de "A Resiliência da Democracia à Ameaça Populista" (2024). "Trump foi mais agressivo e transgressor do que eu imaginava e pressionou bastante as instituições americanas. Se não tivesse sido contido, os EUA cairiam no autoritarismo competitivo. Mas não caíram, ao contrário do que diz Levitsky, exagerando muito."

Weyland contrasta a agressividade imparável do Trump de 2025 com a paulatina resistência que se estabeleceu desde então. "Ele foi longe demais, a tal ponto que até alguns republicanos finalmente demonstraram oposição, como Ted Cruz. Também falhou na economia e as horrorosas deportações em massa erodiram sua popularidade, a tal ponto que vem perdendo eleições desde novembro", afirma Weyland.

"No longo prazo, a dificuldade em descrever o efeito de Trump é que a degradação da democracia não é linear e não acontece de uma vez", pondera o cientista político Roberto Foa, cofundador do Centro para o Futuro da Democracia da Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Em 2021, Foa publicou, em parceria com o também cientista político Yascha Mounk, o artigo "Os EUA Depois de Trump: da Democracia 'Limpa' à 'Suja'", argumentando que o primeiro mandato de Trump encaminhou a democracia americana de um estado "limpo" a um "sujo", em que os partidos se sentem justificados em usar todos os meios para vencer, até os mais escusos: "golpes abaixo da cintura".

Foa evoca o Peru de Alberto Fujimori, que no início da década de 1990 enfraqueceu diversos mecanismos de equilíbrio democrático. "Em seguida, houve retornos à política mais moderada, seguidos de novas erosões, e assim segue até hoje", explica. Por isso, o resultado das eleições de meio de mandato é decisivo. "A depender do tamanho das perdas republicanas e do movimento de Trump em particular, a capacidade de fazer regredir a democracia pode perder muito."

Mais decisiva, porém, é a próxima eleição presidencial, em 2028. Não tanto pelo resultado, mas pelo perfil do candidato republicano. "Com um partidário radical de Trump, como o vice-presidente J.D. Vance, a política deve continuar se esgarçando. Mas, se tivermos alguém como [o secretário de Estado] Marco Rubio, o cenário pode se aproximar de um conservadorismo mais normal", afirma Foa.

De acordo com os analistas, o impacto mais duradouro da retórica belicosa e das medidas de concentração de poder que marcam a ascensão política de Trump é a mudança nos hábitos políticos americanos. A

expectativa de que os atores políticos sempre respeitarão os mecanismos institucionais e a voz das urnas não se perdeu, mas está abalada. Entrou para o imaginário do cidadão americano, na condição de possibilidade realista, a perspectiva de um autocrata na antiga "terra da liberdade".

Esse efeito produz suas marolas bem além das fronteiras do país: como aponta Weyland, há uma grande perda de "soft power" quando o país que se apresentou durante décadas como centro da democracia mundial passa a ser visto como disfuncional e uma ameaça para o resto do mundo. "Essa é uma imagem difícil de recuperar. O dano vai afetar os Estados Unidos por décadas", lamenta.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Relatora propõe dispositivos pró-agro em PLP dos combustíveis

Giordanna Neves

Relatora do Projeto de Lei Complementar (PLP) que reduz **tributos** sobre combustíveis em 2026, a deputada federal Marussa Boldrin (Republicanos-GO) propôs a inclusão de dispositivos que beneficiam o setor agropecuário. Alguns, porém, enfrentam resistência da equipe econômica do governo federal, que busca construir um acordo em torno da redação final. O texto poderá ser votado nesta semana, caso haja consenso.

O PLP abre, no geral, uma exceção à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao permitir que a renúncia de receita com a redução de **tributos** sobre combustíveis seja compensada não por aumento de outros **impostos**, como exige a legislação atual, mas pela arrecadação extraordinária da União gerada pelo choque do petróleo. A medida valerá apenas para este ano.

Se houver entendimento e construção de consensos, o projeto poderá ser votado. Caso contrário, a proposta poderá ser deixada em segundo plano. Neste caso, o governo deverá concentrar os benefícios aos combustíveis por meio de subvenções, como tem ocorrido e foi proposto em medida provisória (MP) apresentada em maio, por exemplo, para gasolina e diesel. No entanto, a redução direta de **tributos** tende a ser operacionalmente mais simples do que as subvenções.

Um dos trechos incluídos pela deputada permite usar a arrecadação extra para benefício fiscal aos produtores de etanol, segundo apurou o Valor.

A proposta do governo dizia que poderiam ser usados para essa compensação os ganhos adicionais com royalties, participação especial, arrecadação de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do setor de óleo e gás, dividendos de estatais e receita da venda do excedente do óleo do pré-sal pela PPSA e do imposto de exportação.

Na versão inicial que vem sendo trabalhada pela relatora, o texto deixou de citar expressamente IRPJ e CSLL e passou a adotar o uso de "receitas tributárias oriundas do setor de óleo e gás". Também foi retirada a possibilidade de utilização de receitas provenientes

do imposto de exportação para custear as medidas.

Além disso, uma das propostas incluídas pela relatora permite que produtores de etanol utilizem, em 2026, créditos acumulados de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) para compensar débitos tributários administrados pela **Receita Federal**, com suporte fiscal da arrecadação extraordinária.

Caso não existam débitos suficientes para abatimento em 2026, os créditos poderão ser utilizados posteriormente para compensar débitos da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criada pela **reforma tributária**.

Outro ponto sugerido pela relatora é o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações entre contribuintes do regime regular envolvendo produtos agropecuários in natura, como soja, milho, sorgo, trigo e cana-deaçúcar. Na prática, o pagamento do tributo deixaria de ocorrer na etapa inicial da cadeia e seria transferido para o momento em que houver a operação que encerrar o diferimento.

O texto também garante que produtores e demais agentes econômicos do setor de combustíveis recebam integralmente, em até 30 dias, os valores devidos em programas de subvenção criados pelo governo, após a apresentação da documentação exigida. Em caso de atraso, poderão compensar o valor com **tributos** federais e exigir correção pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais juros equivalentes à Selic.

A relatora incluiu ainda, a pedido da equipe econômica, mudança na janela temporal prevista na regulamentação da **reforma tributária** para o cálculo da alíquota da CBS sobre combustíveis a partir de 2027, como mostrou o Valor.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Doações via incentivo fiscal têm recorde de R\$ 7,5 bi, mas reforma tributária ameaça setor

Gabriela Caseff

O Brasil alcançou em 2025 patamar histórico no direcionamento de recursos via leis de incentivo para projetos sociais, culturais, esportivos, ambientais e de saúde. Nunca foram tantos investidores (34 mil, entre pessoas e empresas), tantas iniciativas aptas a receber recursos (8.400) e tanto dinheiro (R\$ 7,5 bilhões).

Em valores corrigidos pela **inflação**, o crescimento do recurso acumulado entre 2020 e 2025 foi de 89%, o que evidencia a consolidação deste mercado, segundo o Panorama dos Incentivos Fiscais, lançado nesta terça-feira (26) pela Simbi na sede da B3, em São Paulo.

"Foi uma combinação de amadurecimento de políticas públicas, consolidação das agendas de investimento social nas empresas e aumento no uso desses incentivos pelas organizações", avalia Raphael Mayer, cofundador da Simbi.

O levantamento mapeou recursos federais, estaduais e das capitais do país no período por meio de 1.457 publicações em Diários Oficiais, 38 portais de transparência e 360 pedidos via LAI (Lei de Acesso à Informação).

No entanto, apesar do recorde, a socialtech especializada na gestão do investimento social de empresas alerta para possível ruptura na escalada das doações a partir deste ano.

São dois os motivos: o primeiro é a **reforma tributária**. Com a extinção dos **impostos** ICMS e ISS, estados e municípios perdem o mecanismo fiscal sem que qualquer contrapartida tenha sido prevista nos novos **tributos** (IBS e CBS). Só no último ano, foram R\$ 960 milhões.

O segundo motivo é a redução de 10% no teto de dedução fiscal da lei federal (Rouanet) proposto pela Lei Complementar 224/2025. Isso significa que se uma empresa podia abater R\$ 100 mil do seu imposto de renda, ela passa a permitir R\$ 90 mil neste ano -o que significa menos dinheiro disponível no campo.

"Os recursos em risco financiam setores que, não por acaso, são aqueles menos capazes de se sustentar por outras vias: a cultura independente, o esporte de base, as entidades de saúde sem fins lucrativos, as instituições de atenção à infância e ao idoso", diz Raphael Mayer, co-fundador da Simbi.

A Folha noticiou em janeiro que o volume de recursos captados via Lei Rouanet bateu recorde em 2025, alcançando R\$ 3,41 bilhões, segundo o Ministério da Cultura. No mesmo ano, a lei esteve presente em todos os 27 estados pela primeira vez desde sua criação, em 1991.

A combinação pode comprometer, segundo a pesquisa, pelo menos R\$ 1,6 bilhão no volume de incentivos mobilizados até 2033. Seriam R\$ 650 milhões da redução federal (10% sobre os R\$ 6,5 bilhões) e R\$ 960 milhões das leis extintas. Ou seja: 20% do total de incentivos fiscais.

São instrumentos federais de incentivo a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Rouanet), a Lei de Incentivo ao Esporte, o Fundo da Criança e do Adolescente, o Fundo do Idoso, o Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica), o Pronas (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência), a Lei de Incentivo à Reciclagem e a Ancine (Agência Nacional do Cinema).

Para a advogada Juliana Furini, do escritório Mattos Filho, o mote da reforma foi o de reduzir incentivos, buscar simplificação e ter justiça tributária, mas afetou de maneira desproporcional o terceiro setor.

"O incentivo não é para a organização. É para um projeto dessa organização, que tem público-alvo, metodologia e impacto esperado. É diferente do incentivo fiscal para um setor."

Em 2025, o Brasil chegou a R\$581,5 bilhões em incentivos fiscais apenas no âmbito federal, segundo o Tribunal de Contas da União -leis de incentivo somaram em torno de 1% desse bolo.

"O pano de fundo dessa conversa é que não temos

uma cultura de doação no Brasil", avalia Furini, que também enxerga um momento de insegurança jurídica.

"Estamos no meio de um emaranhado jurídico e o setor ainda não tem força e mobilização para conter esse efeito colateral da reforma", completa a advogada.

Um dos objetivos da publicação é sensibilizar organizações e empresas, com base em números, para o futuro do ecossistema de impacto no país. Se, por um lado, há que se celebrar a evolução consistente do campo, de outro é preciso se articular para remediar futuras perdas.

"O que efetivamente se perde não é apenas um volume financeiro, mas a capacidade de organizações da sociedade civil de continuarem operando. Menos projetos de música na periferia, menos programas de reabilitação para pessoas com deficiência e menos iniciativas de esporte para prevenir a evasão escolar", diz Mayer.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2026/05/doacoes-via-incentivo-fiscal-tem-recorde-de-r-75-bi-mas-reforma-tributaria-ameaca-setor.shtml>

Reforma tributária e o impacto direto na indústria

A **reforma tributária** entra, a partir de 2027, em um estágio que deixará de ser apenas projeção e passará a integrar a rotina operacional das empresas. Os impactos serão não apenas na forma de apuração e recolhimento dos **tributos**, mas também nas formas de atuação das **indústrias**, nas escolhas de suas cadeias produtivas, fornecedores e mercados consumidores. Esse cenário trará grandes desafios, pois teremos uma dinâmica de tributação distinta da atual e, como sabemos, erros no início desse processo podem ser fatais para as indústrias que não estiverem preparadas.

Com a entrada em vigor da reforma, passa a valer a incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, substituindo o PIS e a COFINS, além do Imposto Seletivo, que substituirá o IPI, após décadas de vigência desses **tributos**.

A CBS terá uma dinâmica de incidência diferente, com não-cumulatividade plena e base ampla, maior que a atual para PIS e COFINS. De modo geral, as mudanças tendem a impactar cadeias produtivas longas e complexas, típicas do setor industrial.

Para essas cadeias, a grande vantagem é a plena vigência da não-cumulatividade, ou seja, o direito ao crédito dos **tributos** incidentes nas operações anteriores para compensação com os **tributos** na saída. Essa forma de apuração, aliada à base ampla e ao fim, mais adiante, de ICMS e ISS, tende a evitar os chamados resíduos tributários, que se acumulam ao longo da cadeia e se tornam custo.

Nesse cenário, o sistema não-cumulativo gera mais simplificação para a indústria. Em empresas com composição de custos diversa e operações em vários estados, o novo modelo pode produzir efeitos positivos relevantes.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Os pontos de atenção quanto ao creditamento são a implementação do split payment e o fato de o direito ao crédito estar vinculado à liquidação financeira da operação. Sem o sistema automático de arrecadação, podem ser exigidas mais obrigações acessórias e,

consequentemente, custos e burocracia.

Um dos grandes desafios será as distorções de preço e perda de competitividade durante o período de transição. As indústrias conviverão com a CBS, calculada por fora, e com o ICMS, calculado por dentro, o que exigirá análise cuidadosa na definição de preços.

Inicialmente, com a substituição do PIS e da COFINS pela CBS, os impactos tendem a ser mais limitados. Contudo, com a incidência do IBS a partir de 2029, mantendo-se o ICMS durante a transição, as dificuldades relacionadas à precificação poderão se tornar maiores.

A convivência entre dois sistemas tributários também aumenta o risco de passivos fiscais e litígios, especialmente para empresas não preparadas. Ainda que se projete um sistema mais simples a partir de 2033, as dificuldades do período de transição não podem ser ignoradas.

Nesse cenário, torna-se fundamental que as indústrias mantenham equipes dedicadas à análise dos impactos da reforma. Trata-se de uma agenda que envolve toda a empresa e exige participação coordenada de diversos setores.

Há também impactos para contratos de longo prazo firmados sob a lógica do sistema anterior. A partir de 2027, o PIS e a COFINS serão substituídos pela CBS, calculada por fora do preço. Posteriormente, o mesmo ocorrerá com o IBS a partir de 2029, que conviverá com o ICMS. Por essa razão, contratos já devem ser avaliados para renegociação, a fim de evitar desequilíbrios financeiros.

Desde janeiro de 2026, as empresas já estão obrigadas a emitir documentos fiscais eletrônicos com destaque da CBS e do IBS. Embora ainda não haja cobrança efetiva e tenham sido suspensas multas, os sistemas contábeis e financeiros já precisam estar adaptados.

Outra mudança relevante é que, até aqui, um dos principais fatores do planejamento tributário era a localização geográfica, especialmente para aproveitamento de incentivos de ICMS. Com o novo sistema e a tributação no destino, a localização tende

a perder relevância.

Nesse novo contexto, fatores como logística, infraestrutura e qualidade da mão de obra passam a ganhar maior importância, impactando diretamente o custo das atividades.

Não é possível apontar, neste momento, setores mais expostos a impactos negativos no curto prazo. Ainda assim, é razoável prever que setores beneficiados por incentivos fiscais, especialmente de ICMS, possam enfrentar impactos negativos, já que a carga tributária reduzida tende a desaparecer.

Diante desse cenário, as áreas jurídica, fiscal, contábil e de tecnologia passam a desempenhar papel crítico a partir de 2027. A integração entre essas áreas será determinante para o sucesso da implementação da reforma.

Caso cada área trate os impactos de forma isolada, as empresas provavelmente enfrentarão dificuldades significativas, especialmente durante o período de transição, que se estende de 2027 a 2032.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2026/05/reforma-tributaria-e-o-impacto-direto-na-industria.shtml>

Exportações do Brasil aos EUA caem há nove meses consecutivos

Por Marcos Strecker - Para o Valor, de São Paulo

Abril foi o nono mês consecutivo de queda no valor das exportações brasileiras aos EUA. O tombo foi de US\$ 3,1 bilhões, 11,5% em relação ao mesmo mês do ano passado. Mas, apesar do resultado negativo, o ritmo de baixa diminuiu. Há uma acomodação no comércio bilateral por parte de vários setores, que ainda depende da evolução das negociações entre os governos e do risco de novas taxas.

No acumulado de janeiro a abril, houve queda importante nas exportações tanto para bens sobretaxados quanto para os isentos. Os bens sem sobretaxa caíram 16,4%, enquanto os bens com sobretaxa recuaram 17%, aponta levantamento da Amcham. Dentro da Seção 232, os setores de cobre, caminhões e madeira apresentaram quedas. Os produtos sujeitos à sobretaxa de 10% registraram o maior recuo entre os produtos sobretaxados (-23,7%).

Em 2025, de janeiro a dezembro, as exportações brasileiras para os EUA encolheram 6,6% no total e apresentaram queda em todos os setores: indústria de transformação (-4,2%), indústria extrativa (-19,2%) e agropecuária (-3,8%). E em todos os casos a queda foi maior ou contrariou as tendências de crescimento nas vendas do Brasil para o restante do mundo, ressalta a Amcham.

A indústria brasileira foi um dos segmentos mais afetados. Registrou no ano passado sua primeira retração desde 2020 (-4,2%). A baixa interrompeu uma sequência de quatro anos consecutivos de crescimento. Mesmo assim, os EUA se mantiveram como o principal destino das exportações industriais brasileiras, respondendo por US\$ 30,2 bilhões, ou 16% do total, à frente da União Europeia (US\$ 23,6 bilhões) e do Mercosul (US\$ 23,5 bilhões).

Já as importações originárias dos EUA também registraram retração no primeiro quadrimestre de 2026. Recuaram 13%. Em 2025, no entanto, tiveram crescimento de 11,3% em relação a 2024. O ano passado registrou o segundo maior valor histórico de compras de produtos americanos, atingindo US\$ 45,2 bilhões (contra US\$ 40,7 bilhões no ano anterior). Foi o terceiro ano consecutivo de crescimento e os Estados Unidos se mantiveram como a segunda principal origem das importações do Brasil,

respondendo por 16,1% do total.

Em 2025, a indústria de transformação permaneceu como o setor mais representativo nas importações provenientes dos EUA, correspondendo a 91,1% do total, alta de 15,0% em relação ao ano anterior (de US\$ 35,8 bilhões para US\$ 41,2 bilhões), aponta a Amcham. Já as indústrias extrativa e agropecuária sofreram quedas nas compras dos EUA de -15,4% e -35,2%, respectivamente.

Lia Valls, pesquisadora do FGV Ibre e responsável pelo Indicador de Comércio Exterior (Icomex) do instituto, lembra que no ano passado a queda nas exportações para os EUA foi compensada principalmente pelo aumento das vendas para a China no segundo semestre. Enquanto o volume exportado para os EUA recuou 21,3% entre agosto e dezembro de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior, para a China foi registrado aumento de 29,8%.

A balança comercial com os Estados Unidos passou de um déficit de US\$ 300 milhões para US\$ 7,5 bilhões entre 2024 e 2025. "É impressionante como aumentou esse déficit", afirma Valls. "O que chama atenção não é o aumento das importações dos produtos dos EUA, é a queda nas exportações ao país", diz.

A especialista do FGV Ibre aponta que as exportações aos EUA começaram a cair a partir de julho. Entre agosto e setembro de 2025, em relação ao ano anterior, caíram praticamente para todos os setores levando-se em conta os segmentos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE.

Segundo a economista, isso acabou compensado em geral por aumento nas exportações brasileiras a outros países, em especial de commodities. Ela lembra que em muitos casos esse resultado provém de empresas multinacionais americanas com filiais no Brasil, que têm mais facilidade em redirecionar suas vendas para outros mercados.

Calculo que daqui a dois ou três meses talvez a gente já comece a equilibrar a balança"

- Augusto de Castro

Ela ressalta que os dados de 2026, até abril mostram o aumento da tendência de déficit com os EUA. "Enquanto imperar essa incerteza no comércio com os EUA, quem puder vai desviar sua produção para outros mercados. Essa tendência de queda nas exportações aos EUA acontece mesmo."

Diferentemente do comércio de bens, o comércio de serviços entre Brasil e EUA apresentou um aumento relevante em 2025, tanto nos fluxos de importação de serviços (US\$ 25,7 bilhões) quanto nos de exportação (US\$ 14,3 bilhões), com aumento de 17,0% e 11,7% em relação a 2024, aponta a Amcham, a partir de dados do Banco Central.

Mesmo com a crise do tarifaço, a balança comercial brasileira, em geral, foi relativamente pouco afetada e a economia no fim se saiu bem, ao contrário do que aconteceu em outros momentos, afirma Sergio Vale, da MB Associados.

"Se olharmos o câmbio e a bolsa em momentos de crise no passado, a gente teria tido muito mais dificuldades. O câmbio teria depreciado", diz Vale. Entre as razões, o economista cita avanços como a **reforma tributária** e a aprovação do projeto de lei dos minerais críticos. "Também há o efeito positivo da exportação de petróleo bruto. O país continua tendo dificuldades, mas está se saindo relativamente bem."

A preocupação maior agora, de fato, é com o que virá das duas investigações nos EUA baseadas na Seção 301. "Essas seções são mais complicadas, o impacto delas é muito mais duradouro, de prazo muito mais longo de resolução", afirma.

Para Vale, a crise coloca o desafio de buscar outros parceiros. O acordo Mercosul-União Europeia, que entrou em vigor em 1º de maio, e o avanço do comércio com a China são caminhos naturais. Porém, o abalo não vai significar necessariamente uma mudança na relação comercial com os Estados Unidos.

"Calculo que daqui a dois ou três meses talvez a gente já comece a equilibrar a balança com os EUA. É um mercado que gente não pode abandonar. Todo mundo quer vender para os EUA", diz José Augusto de Castro, da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Ele diz que a crise é uma oportunidade para o Brasil repensar os custos da sua produção local.

Site:

<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/brasil-eua/noticia/2026/05/26/exportacoes-do-brasil-aos-eua-caem-ha-nove-meses-consecutivos.ghtml>

Investimentos americanos no Brasil continuam firmes

Por Marcos Strecker - Para o Valor, de São Paulo

Enquanto o comércio com os Estados Unidos sofreu o impacto do tarifaço imposto pelo governo Trump, os investimentos diretos do país permanecem sólidos, com aumento em 2025 de novos projetos (greenfield). Os EUA detêm a maior participação, ou 26,3% do estoque total de investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil.

São US\$ 232,8 bilhões, segundo os dados mais recentes do Banco Central, de 2024. Indústria de transformação (US\$ 58,2 bilhões), atividades financeiras e de seguros (US\$ 50,8 bilhões) e informação e comunicação (US\$ 46,6 bilhões) lideram o ranking de setores.

"O capital produtivo que vem dos EUA teve uma aceleração recente", aponta a economista Carla Beni, da FGV. Ela destaca a tecnologia como um dos vetores de atração de recursos. "Tem essa questão dos data centers, aportes robustos em fontes renováveis, projetos de matriz limpa, fabricação de veículos, cadeia de suprimento automotivo, uma participação ativa em consórcio de exploração e refino de óleo e gás e serviços corporativos e de consolidação de TI [tecnologia da informação]", afirma.

No investimento para projetos novos (capex greenfield), houve uma variação positiva de 181,8% de 2024 para 2025. O salto foi de US\$ 4,4 bilhões para US\$ 12,4 bilhões no ano passado. Nos últimos cinco anos, os principais setores que atraíram projetos construídos do zero foram software, fabricação de veículos, máquinas industriais e eletrônicas, químicos e plásticos e produtos metálicos. A área de software somou 118 projetos (22,91% do total), ou US\$ 12,9 bilhões (42,84% do capital total).

Nos próximos anos, as operações de data centers no Brasil devem concentrar boa parte dos investimentos. Um exemplo é a Equinix, que acaba de inaugurar seu novo centro de dados em Santana de Parnaíba (SP), batizado de SP6, projetado para aplicações de inteligência artificial (IA). A companhia investe em mais um centro de dados na mesma cidade da região metropolitana de São Paulo, bem como em outra unidade em Barueri (SP) e mais duas operações no Rio de Janeiro. O SP6 recebeu US\$ 114 milhões (cerca de R\$ 569,1 milhões) e faz parte de um

investimento total de R\$ 1,5 bilhão previsto em 2026. A multinacional reforça a posição do Brasil como o principal hub de infraestrutura digital da América Latina e como uma crescente porta de entrada para a interconexão global.

Estudo recente da PwC corrobora essa visão de que o Brasil vem ganhando destaque como possível hub de IA, impulsionado pela combinação de energia renovável abundante, conectividade robusta e incentivos fiscais. Relatório da International Trade Administration, agência do Departamento de Comércio dos EUA, de agosto passado, destaca investimentos em curso no país, como da Microsoft (US\$ 2,7 bilhões) e da AWS (US\$ 1,8 bilhão até 2027), entre outros. Esse boom de data centers, segundo a agência, deve ampliar a demanda de eletricidade no Brasil, criando desafios na infraestrutura de energia, mas abrindo grandes oportunidades para fornecedores americanos de energia e soluções de infraestrutura de dados.

Ainda que os novos projetos tenham aumentado, o fluxo de investimentos recuou em 2025. Enquanto o fluxo de ingresso foi de US\$ 11,93 bilhões em 2024, caiu no ano passado para US\$ 8,47 bilhões (-29%). Já os valores de regressos, que correspondem ao fluxo de saída de recursos do Brasil decorrente do desinvestimento de capitais estrangeiros, teve uma queda em relação ao valor de 2024, de US\$ 2,1 bilhões para US\$ 1,08 bilhão (-48,8%). Os EUA são responsáveis pelos maiores fluxos de investimentos ao Brasil desde 2019, aponta a Amcham.

Apesar da redução no fluxo, houve um aumento relevante no valor investido na extração de minerais (de US\$ 0,6 bilhão para US\$ 1,6 bilhão), ao passo que os investimentos em serviços caíram pela metade (de US\$ 10,4 bilhões para US\$ 5,1 bilhões), ainda que continuem representando a maioria do montante.

A economista da FGV diz que essa mudança no fluxo pode ser explicada em função dos financiamentos bilionários nos EUA por parte das agências de fomento focadas na extração e refino de minerais críticos e terras raras. "O grande objetivo é diminuir a dependência global da China", acrescenta. "A parte de serviços acabou diminuindo porque houve uma desaceleração nas fusões e aquisições."

O protagonismo dos EUA não deve mudar, apesar da

disputa comercial com o governo Trump. Mas Beni afirma que a decisão dos EUA de focar em segurança nacional tem o potencial de reconfigurar investimentos. "Isso tem que ficar no radar. Eles podem eventualmente fazer alguma mudança." Além disso, isenções fiscais nos EUA podem estimular as multinacionais a investir domesticamente. "Esse é o grande objetivo do governo Trump", afirma.

Contam também os laços tradicionais entre os dois países, com forte integração produtiva. O Banco Central aponta que em 2025 foram remetidos aos EUA US\$ 6,9 bilhões em lucros e dividendos pelas empresas americanas instaladas no país, ligeira queda em relação a 2024 (US\$ 7,8 bilhões).

O grande objetivo [dos Estados Unidos] é diminuir a dependência global da China"

- Carla Beni

O economista Cláudio Frischtak, presidente da consultoria Inter.B, também ressalta que o governo Trump está priorizando investimentos domésticos, principalmente em setores estratégicos - segurança nacional e manufatura. "Isso não quer dizer que as empresas americanas vão seguir exatamente esse script. Ainda há um elemento de liberdade grande para as companhias. Elas não seguem simplesmente o governo. Ao mesmo tempo, não podem ignorar."

Ele diz que a administração Trump, fortemente nacionalista, caracteriza-se basicamente por uma seletividade muito maior no que seria estimulado em investimento direto em outros países. Se na área industrial isso caracteriza menor interesse, na de minerais críticos, ao contrário, haverá um incentivo forte com potencial de coinvestimento.

Fora a área de tecnologias críticas voltadas para a defesa, que pode alinhar o interesse do atual governo com o do Partido Democrata no médio prazo, Frischtak avalia que os investimentos americanos continuarão a ser determinados pela dinâmica e atratividade do mercado brasileiro: perspectivas de crescimento, intensidade de competição e políticas domésticas.

Frischtak também destaca que o governo Trump ampliou as incertezas na economia global, o que impacta nas decisões de investimento. "No âmbito da indústria, afetou muitas decisões das empresas. Não apenas na opção de investir fora, mas também de investir dentro do país."

Carla Beni, da FGV, aponta que filiais americanas operando no Brasil podem sofrer perda de competitividade ao exportarem componentes para

suas matrizes, devido à taxaço. Custos alfandegários também forçam as filiais locais a absorver parte do prejuízo ou repassar custos para o consumidor americano. "Isso pode diminuir a rentabilidade enviada aos acionistas", afirma.

Segundo ela, a justificativa de priorizar a segurança nacional, que tem sido encampada pelo Congresso americano, pode eventualmente retirar algum dinheiro dos investimentos em agro ou infraestrutura. "Mas acho pouco provável", pondera.

Beni ressalta que o Brasil está se consolidando como o terceiro maior destino de investimentos diretos estrangeiros globalmente, e que o fato de ter neutralidade geopolítica é um aspecto muito importante, assim como apresentar uma matriz de energia limpa. A **reforma tributária** também vai ampliar a previsibilidade e simplificar o ambiente de negócios.

"A gente não pode esquecer também a questão cambial. O patamar do real frente ao dólar, que é sempre depreciado, barateia muito o custo de aquisição de terras, maquinário e o controle acionário de empresas nacionais por parte das multinacionais", acrescenta.

O Brasil foi o terceiro país a atrair investimento direto estrangeiro (IDE) em 2025, atrás apenas dos EUA e da China, segundo relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado em abril. A entidade destacou justamente a atração dos investimentos greenfield, para projetos novos.

Site:

<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/brasil-eua/noticia/2026/05/26/investimentos-americanos-no-brasil-continuam-firmes.ghtml>

Governo do Rio aposta em aval federal para desapropriar Refit

BERNARDO MELLO

A intenção do governador em exercício Ricardo Couto de desapropriar a Refit, antecipada no domingo pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim, passa pela expectativa de um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizando a medida, o que ainda não tem previsão de ocorrer. Em caráter reservado, pessoas próximas a Couto afirmam que o aval federal é necessário para não repetir o roteiro de outra tentativa de desapropriação, há cerca de uma década, que acabou anulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Aliados de Lula, por sua vez, dizem que o presidente não tratou do assunto com Couto, embora tenha incentivado o governador em exercício a "prender os ladrões" que o antecederam no governo para "ajudar a consertar" o estado.

Presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), Couto assumiu o governo de forma interina, em março, após a renúncia do ex-governador Cláudio Castro (PL), alvo de operação da Polícia Federal há duas semanas por suspeita de usar sua gestão para beneficiar a Refit. A refinaria, controlada pelo empresário Ricardo Magro, que teve sua prisão preventiva pedida pela PF, deve R\$ 9,4 bilhões em **impostos** ao governo estadual, segundo a corporação, e tem R\$ 49,8 bilhões inscritos em dívida ativa da União.

IMPOSTOS DEVIDOS

Segundo o colunista Lauro Jardim, a intenção de Couto é abater os **impostos** devidos da indenização que o estado precisaria pagar à Refit para tirá-la do local. Além disso, o governo do Rio avalia outras formas de descontar o valor na hipótese de uma desapropriação. Uma das frentes é o grupo de trabalho constituído na semana passada pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), para averiguar possíveis irregularidades nas licenças ambientais da Refit.

- No caso de o grupo de trabalho constatar nulidade nas licenças, e havendo dano ambiental ao terreno, o custo de descontaminação da área pode ser descontado da indenização de uma eventual desapropriação -afirma o secretário estadual do Ambiente, Rodrigo Mascarenhas.

Em 2012, o então governador Sérgio Cabral

desapropriou a sede da Refinaria de Manguinhos, nome da Refit à época, na Zona Norte do Rio. Cabral alegou que a área era de "interesse social" para construir casas populares.

O impacto do decreto foi citado pela Refit para pedir recuperação judicial. Em 2013 o ministro Gilmar Mendes suspendeu o decreto e, no ano seguinte, anulou em definitivo a medida de Cabral. Ele entendeu que a "propriedade, como é incontroverso nos autos, pertence à União", e por isso a desapropriação só podia ocorrer por decreto presidencial.

A Refit segue instalada no local até hoje, embora tenha sido alvo de duas interdições pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), em setembro e janeiro. O cerco apertou desde a Operação Carbono Oculto, em agosto de 2025, que apontou uma parceria do "Grupo Manguinhos" com distribuidoras ligadas à facção paulista PCC. No mês seguinte, a Operação Cadeia de Carbono apreendeu cerca de 200 milhões de litros de combustível destinados à Refit. A empresa nega atos ilícitos ou atuar junto a facções criminosas, e trava disputa judicial para derrubar os bloqueios.

Procurado, o Planalto não respondeu se Lula pretende desapropriar a Refit. Interlocutores do presidente avaliam que, embora Lula ainda não tenha se comprometido com a medida, o cenário atual é mais desfavorável a Magro do que na década passada. Em entrevistas, Lula tem cobrado ações contra Magro, e a lei do devedor contumaz, sancionada neste ano, pode dificultar a recuperação judicial da Refit e precipitar sua falência.

ATUAÇÃO DO GOVERNO

Quando o governo Cabral desapropriou a Refit, a gestão da presidente Dilma Rousseff (PT) se alinhou a Magro. Na ocasião, o Ministério de Minas e Energia afirmou que a desapropriação poderia levar à "diminuição da oferta, já deficitária, de gasolina no país". A pasta estava sob comando de Edison Lobão (PMDB), responsável por indicar dirigentes da ANP suspeitos de favorecer o grupo de Magro, conforme revelou o GLOBO à época. Atualmente, Magro está em pé de guerra com um dos diretores da agência, Pietro Mendes, indicado pelo ministro Alexandre Silveira. A Refit pediu a suspeição de Mendes em

processos que tratam da interdição da refinaria.

No STF, o julgamento sobre a desapropriação da Refit só acabou em 2020. Da atual composição da Corte, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Cármen Lúcia acompanharam Gilmar, que exigiu aval do governo federal. Já Luiz Fux votou à época para autorizar o governo estadual a retirar a Refit do local, mas mantendo o terreno com a União.

Governo confirma ajuda à gasolina e estuda mais medidas para diesel

Alessandra Saraiva e Jéssica Sant'Ana

O governo publicou na noite desta segunda-feira (25) decreto e portaria que viabilizam a subvenção a produtores e importadores de gasolina no valor de R\$ 0,44 por litro e não descarta reeditar medidas que ajudem a conter o avanço de preço do diesel no país.

De acordo com a portaria publicada em edição extra do Diário Oficial da União, o pagamento da subvenção terá vigência por dois meses, contados a partir desta segunda. Na sexta-feira, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que a subvenção à gasolina terá um impacto de R\$ 1,2 bilhão por mês, sendo R\$ 2,4 bilhões em dois meses.

Essa medida foi anunciada pela equipe econômica na segunda semana de maio.

Já em relação ao diesel, o ministro do Desenvolvimento, Indústria,

Comércio e Serviços (Mdic), Márcio Elias Rosa, disse que não estão descartadas a extensão de prazo de medidas ou até mesmo aumento de subvenção do governo.

Após os preços do petróleo dispararem com a guerra no Oriente Médio, a União implementou um pacote emergencial, via medidas provisórias e decretos, para conter a alta do diesel. As ações incluíram desde isenção de **impostos** federais (PIS/Cofins), subvenções) para produtores e importadores, além criação do Regime Emergencial de Abastecimento.

Foram criadas duas subvenções ao óleo diesel, ambas complementares à instituída pela Medida Provisória

o n 1.340, na qual governo paga o valor de R\$ 0,32 por litro aos produtores e importadores de óleo diesel. A primeira subvenção, de R\$ 1,20 por litro, incide sobre diesel importado e conta com participação dos Estados. A medida tem vigência prevista até maio de 2026. A segunda subvenção beneficia o diesel produzido no Brasil, com valor de R\$ 0,80 custeado integralmente com recursos federais

"As duas medidas que foram tomadas pelo governo federal, de certo modo, reduzem o risco de explosão de preços, o que impactaria muito o setor privado",

disse o ministro. "Mas é óbvio que, infelizmente, a guerra não acabou e o efeito negativo dela ainda está por vir. É possível que nós tenhamos que reeditar essas medidas ao longo do período. Há disposição do governo, se for necessário", disse.

Indagado se a reedição das medidas poderia contemplar não somente extensão de prazos, como também de aumento de subvenção, o ministro indicou que nada está descartado. "É óbvio que o governo tem que fazer tudo aquilo que for necessário [para conter o avanço de preço do diesel]."

Ainda no setor de combustíveis, o ministro foi questionado sobre o projeto do governo para elevar a mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina para 32%. A medida poderia ajudar a reduzir a necessidade de gasolina importada. "O governo já encaminhou essa decisão para aumentar a mistura do etanol na gasolina", disse. "É o Ministério das Minas e Energia que define a pauta. Imagino que na primeira quinzena de junho essa decisão está tomada", disse, ao explicar que o tema deve ser debatido, antes, no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética, órgão ligado ao MME. "Mas é só formalidade, porque eu imagino que não vai ter oposição. Porque os estudos técnicos foram feitos."

Ao mencionar temas ligados ao comércio exterior, o ministro informou que o Mdic está otimista com a negociação de acordo comercial entre Mercosul e Canadá. "O Ministério das Relações Exteriores é quem lidera esse diálogo com o Canadá. Mas eu diria que já há consenso em torno de 60% do que tem que ser negociado", afirmou.

Rosa informou ainda que o governo tem trabalhado com autoridades chinesas para rever a cota de 1,1 milhão de toneladas de exportação de carne brasileira no mercado da China, com tarifa de 12%.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

No 1º dia, 1,4 milhão acessa app do FGTS para quitar dívida

JULIA FERNANDES* E THAÍS BARCELLOS

No primeiro dia em que foi liberado o uso de parte do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) na renegociação de dívidas do novo Desenrola Brasil, a Caixa informou no começo da noite que 1,4 milhão de trabalhadores acessaram o aplicativo **FGTS** e autorizaram instituições financeiras a consultar o saldo do Fundo.

O grande volume de acessos ao app **FGTS** gerou fila de espera virtual para consulta de informações. Na manhã de ontem, O GLOBO fez duas tentativas de acesso. Na primeira, a fila de espera era de cinco minutos. Na segunda, de sete minutos. Ao fim do prazo estimado, o aplicativo precisou ser atualizado, mas a consulta pôde ser concluída.

O interessado precisa entrar no app para autorizar o banco a usar 20% do saldo disponível na conta vinculada ou até R\$ 1 mil (o que for maior) para quitar ou amortizar dívidas.

Após a consulta, os bancos terão prazo de 30 dias para formalizar contrato com a Caixa, que fará a transferência do valor diretamente à instituição financeira para pagar dívida, que pode ser quitada na íntegra ou parcelada.

Em outra frente, a Caixa antecipou para ontem o pagamento de valores desbloqueados do **saque-aniversário** do **FGTS**. Os créditos seriam feitos automaticamente nas contas bancárias cadastradas no app **FGTS** para os trabalhadores elegíveis. A previsão é pagar R\$ 8,5 bilhões para cerca de 10,5 milhões de trabalhadores. O crédito ocorre após a incorporação da rentabilidade mensal do **FGTS** (juros e atualização monetária).

Têm direito a receber aqueles que aderiram à modalidade **saque-aniversário** e tiveram contrato de trabalho suspenso ou encerrado entre 1º de janeiro de 2020 e 23 de dezembro de 2025. Trabalhadores que ainda não possuem conta cadastrada poderão realizar o saque nos canais físicos de atendimento, como agências, lotéricas e terminais de autoatendimento, até 1º de junho.

Mercado vê inflação acima de 5%

» **RAPHAEL PATI**

O efeito dominó que o conflito armado no Oriente Médio provoca nos preços globais afeta direta e indiretamente os preços de quase todas as cadeias globais de suprimentos. A cotação do petróleo - um dos setores mais impactados pela guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã, prestes a completar três meses - está diretamente ligada à atividade econômica mundo afora e aqui, no Brasil. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 1,55% nos meses de março e abril, e a tendência é que também venha mais forte no resultado de maio.

"A duração do conflito até esse momento pode ter sido suficiente para materializar alguns riscos, sendo o mais evidente a desanco-ragem adicional das expectativas de **inflação** para horizontes mais longos" informou o BC.

Com os preços em alta, agentes do mercado financeiro aumentam a previsão para a **inflação** oficial no fim deste ano. De acordo com a edição mais recente do Relatório de Mercado Focus, divulgado, ontem, pelo Banco Central, a mediana das previsões para o IPCA em 2026 passou de 4,92% para 5,04% em apenas uma semana. Além de ser um aumento expressivo, é a 11ª vez consecutiva que essa projeção cresce na comparação com o boletim anterior. Para 2027, a expectativa, porém, é de estabilização, com residual avanço de 4% para 4,01%.

Selic e **PIB**

A previsão de uma **inflação**

maior também gera uma preocupação em relação à taxa de juros, que, ao que tudo indica, deve ter uma trajetória de queda mais lenta do que a esperada antes da guerra. No relatório divulgado ontem, o mercado manteve a projeção para a Selic em 13,25% ao ano. Atualmente, a taxa básica da economia está em 14,5% a.a.

"As projeções para as taxas de juros permanecem sob forte pressão dentro desse contexto, e a estimativa da Selic, no final do ano, seria de 13,25%. Mesmo que tenha

ficado igual à projeção da semana anterior, ainda assim, é uma taxa extremamente restritiva, conforme a leitura de mercado" avalia o economista-chefe da

Bluemetrix Asset, Renan Silva.

Além da **inflação**, o mercado espera um crescimento maior da atividade econômica no fim de 2026. A nova previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano é de crescimento de 1,89%, ante um avanço de 1,85% divulgado no relatório da semana anterior. Para 2027, no entanto, a projeção caiu de 1,77%

para 1,7%. No caso do câmbio, a nova previsão divulgada pelo Focus é de um dólar vendido a R\$ 5,17 no fim do ano, abaixo da estimativa do último relatório, que apontava para um valor de venda a R\$ 5,20. Também houve ligeira queda nas projeções para 2027 (de R\$ 5,27 para R\$ 5,26) e 2028 (de R\$ 5,34 para R\$ 5,30).

Para o analista econômico Sidney Lima, da Ouro Preto Investimentos, o aumento da projeção para a atividade em contraponto com a expectativa de um dólar menos valorizado no final do ano indicam que o mercado ainda percebe uma resiliência na economia brasileira, mesmo com o cenário externo desfavorável. "O problema, no entanto, é justamente esse, de que a atividade segue forte o suficiente para dificultar o trabalho do Banco Central no controle da **inflação**. O mercado segue enxergando juros elevados por mais tempo, principalmente, enquanto as expectativas inflacionárias continuarem desanco-radas" pondera o analista.

Dólar e bolsa

Apesar da projeção desfavorável para os preços internos, o sentimento foi positivo no pregão de ontem para o mercado acionário. O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3) encerrou a sessão em alta de 0,91%, aos 177.815 pontos, em dia marcado pelo feriado do Memorial Day, nos Estados Unidos, o que contribuiu para um volume mais baixo de negócios na bolsa brasileira. O resultado do Ibovespa também foi possível em razão do avanço das negociações entre Estados Unidos e Irã, mesmo sem definição alguma sobre o acordo de paz que está sendo costurado pelos dois governos.

Com o feriado nos EUA, o real também se valorizou em relação ao dólar no primeiro dia de operações da semana, com uma queda de 0,19% no câmbio, que fechou a R\$ 5,02. Na avaliação de Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad, o ambiente de alívio geopolítico e menor aversão a risco contribuíram para a performance da moeda brasileira.

"A queda do petróleo e o recuo parcial dos prêmios de risco ajudaram a manter o dólar próximo da estabilidade ao redor de R\$ 5,00, em um pregão de baixa liquidez e volume reduzido" comenta.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/05/26/all.pdf>

Durigan: Brasil sofre menos com guerra

Apesar do aumento da **inflação** nas últimas semanas, o ministro da Fazenda, Dário Durigan, disse que o Brasil é um dos países menos impactados pela guerra no Oriente Médio, principalmente em relação aos preços dos combustíveis. Desde o início do conflito, com o fechamento do Estreito de Ormuz, o abastecimento de petróleo no mundo inteiro sofreu um impacto relevante, em razão da região ser responsável por cerca de um quinto da commodity produzida globalmente.

A declaração foi feita ontem (25/5), durante a coletiva de apresentação do 5º leilão do programa Ecoinvest, destinado à promoção da inovação tecnológica no país no contexto da nova economia global. Durigan comparou a posição atual do Brasil em relação a outros países emergentes que sofreram de forma mais acentuada com a restrição global de combustíveis.

"Por exemplo, na Índia, eles estão discutindo racionamento de combustível. Nós não estamos discutindo racionamento de combustível no Brasil. Na Coreia do Sul, eles estão tabelando o preço. Em vários outros países, como no Chile, a gente tem 85% de aumento do preço de combustível. Na África do Sul, 150%. Aqui no Brasil, a gente teve um aumento de 20%" destacou o ministro.

De acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), com base no levantamento de preços da entidade, o diesel comum subiu 13%, enquanto que o diesel S-10 avançou cerca de 15% desde o início do conflito nos postos de abastecimento. No mesmo período, a gasolina comum registrou uma valorização média de 5,13%, ao passo que o etanol subiu 7,77%. (RP)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/26/all.pdf>

Autonomia do BC poderia ter gerado R\$ 1,067 tri ao governo

Se o Banco Central (BC) tivesse autonomia financeira e administrativa nos últimos 18 anos, o Tesouro teria recebido uma receita primária acumulada de R\$ 1,067 trilhão, em valores corrigidos pela **inflação**, ajudando mais do que atrapalhando o governo federal a cumprir as suas metas fiscais.

Hoje, o BC faz parte do chamado setor público consolidado, por isso, as transferências de lucros da autoridade monetária ao Tesouro são consideradas receitas financeiras. O mesmo princípio se aplica quando o Tesouro cobre prejuízos do BC - ou seja, é contabilizada uma despesa financeira.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da autonomia financeira e administrativa muda a caracterização desses fluxos de pagamentos. Como o BC deixará de fazer parte do chamado setor público consolidado, os fluxos entre ambos passarão a ser receitas e despesas primárias.

Esse ponto passou a ser o novo cavalo de batalha nas discussões para a autonomia do BC. O jornal O Estado de S. Paulo publicou, na semana passada, reportagem que diz que integrantes da equipe econômica estão preocupados sobre como o novo regime jurídico do BC afetaria os resultados primários do governo.

Questionado sobre o assunto, o presidente do BC, Gabriel Galípolo,

respondeu na entrevista do Relatório de Estabilidade Financeira (REF), que esse não deveria ser um motivo de preocupação, já que as transferências da autoridade monetária superam os recebimentos do Tesouro. Isso acontece porque o principal ativo no balanço do BC, lembrou, são as reservas internacionais, que têm uma tendência de longo prazo de valorização quando expressas em moeda nacional.

Do ponto de vista contábil, a retirada do BC do setor público consolidado segue os padrões do Fundo Monetário Internacional (FMI), que entende os BCs como uma corporação privada, ainda que com características especiais. É justamente por isso que, nas contas do FMI, a dívida bruta brasileira é mais alta, pois inclui os títulos públicos do Tesouro na carteira do BC.

O levantamento das trocas de fluxos entre o BC e o Tesouro desde 2008 mostra que, em números arredondados, o Tesouro passou ao BC R\$ 1,5 trilhão. O BC, de outro lado, passou ao Tesouro R\$ 2,5 trilhões.

Nos dois últimos balanços, relativos a 2024 e 2025, as transferências do BC ao Tesouro somam R\$ 160 bilhões. Na pandemia, uma transferência extraordinária de R\$ 325 bilhões, em valores históricos, autorizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) foi fundamental para reabastecer a Conta Única.

O levantamento se inicia em 2008 porque foi nesse período que as reservas internacionais assumiram volume relevante. Também foi nessa época, na gestão de Henrique Meirelles, que foi adotada uma medida provisória que disciplinou o repasse de resultados do BC ao Tesouro e a cobertura de eventuais prejuízos.

Essa regra foi aperfeiçoada no governo **Temer**, quando Meirelles virou ministro da Fazenda e Ilan Goldfajn assumiu a presidência do BC. A nova regra determinou o acúmulo de resultados no balanço do BC, que passaram a ser repassados ao Tesouro quando atingem patamares mais altos - o que reduziu a troca de fluxos entre ambos, que havia se tornado muito volátil, acompanhando o sobe e desce da taxa de câmbio.

Mas os fundamentos econômicos que governam esses fluxos não mudaram. A tendência de longo prazo tem sido o dólar se valorizar, o que faz com que, em termos líquidos, o Tesouro se beneficie dos resultados que recebe do BC.

Exportadores temem imposição de novas barreiras não tarifárias

Carmen Nery

A dois meses do resultado das investigações da Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, aberta pelo governo americano, no ano passado, contra o Brasil, exportadores brasileiros estão pessimistas e temem a imposição de tarifas punitivas e um recrudescimento de barreiras não tarifárias.

A investigação mais ampla apura o que o governo americano considera práticas comerciais desleais: restrições ao comércio digital (Pix), tarifas sobre o etanol, desmatamento ilegal, propriedade intelectual e decisões judiciais contrabig techs. Com a revogação do tarifaço pela Suprema Corte, o governo americano lançou mão de novos mecanismos de investigação relativa a trabalho forçado.

"Trata-se de uma barreira não tarifária que não tem evidência e nem se justifica, quando se consideram o nível normativo e de compromissos internacionais que o Brasil tem contra trabalho análogo à escravidão", diz Constanza Negri, gerente de Comércio e Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ela observa que os EUA são o principal destino das exportações da indústria de transformação brasileira, que cada vez mais é afetada por medidas regulatórias, algumas legítimas, mas que se tornam barreiras não tarifárias, muitas vezes difíceis de serem percebidas.

"O Brasil não deveria ser condenado por nenhum item das investigações, mas acredito que a decisão não será técnica, e sim política. O Brasil deve perder, e a tarifa deve voltar a ser elevada para 30%, mas só deve incidir em produtos que não tenham impacto na **inflação** americana", prevê José Velloso, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). O principal impacto das barreiras não tarifárias é a elevação dos custos operacionais e logísticos e o aumento do prazo de entrega.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), barreiras não tarifárias pesam sobretudo em setores com forte presença no comércio bilateral e maior valor agregado, como siderurgia e metalurgia, máquinas e equipamentos, produtos químicos, além de segmentos do agronegócio. "São medidas relativas a cotas,

certificações, salvaguardas, medidas antidumping, requisitos sanitários, licenças de importação e processos aduaneiros", diz Cesar Finotti, sócio de global trade da consultoria EY.

André Passos Cordeiro, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), diz que incidem no setor exigências de certificações técnicas, testes laboratoriais e padrões específicos. "Há uma série de compromissos na indústria química, cujas características impedem o uso de trabalho escravo, por ser um setor muito regulado com uma série de normas técnicas relativas ao trabalho", diz Cordeiro.

Ele destaca que o governo brasileiro tem imposto medidas antidumping às empresas americanas, cujas exportações para o Brasil vêm disparando. O déficit saltou de US\$ 7,9 bilhões em 2024 para US\$ 9,3 bilhões em 2025. "As importações brasileiras de químicos subiram 10,2%, e as exportações caíram 12,6%, embora o volume tenha crescido 2,5%. As empresas tiveram de reduzir seus preços em quase 15% para compensar o aumento de tarifa", diz Cordeiro.

Os EUA são o quarto principal destino das exportações do setor têxtil, que somaram, em 2025, US\$ 75,7 milhões. Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), diz que o setor vem passando por regulamentações de origem de

produto, rastreabilidade e questões ambientais e trabalhistas. "Os EUA são menos regulados do que a Europa, mas têm seus regulamentos, muitos legítimos, mas outros escondem doses de protecionismo com barreiras não tarifárias como normas técnicas cada vez mais sofisticadas", diz.

Paulo Pupo, superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci), diz que o setor não enfrenta muitas barreiras tarifárias, mas o tarifaço praticamente tirou alguns exportadores do mercado. Produtos quase customizados para a construção americana,

como molduras e janelas, não encontraram outros mercados. "Com o tarifaço, perdemos a isonomia competitiva com outros países. E estamos muito

expostos a uma investigação unilateral - Seção 301 -, que gera insegurança no importador. É injusto dizer que praticamos desmatamento ilegal."

Ibiapaba Netto, diretor-executivo da CitrusBR, diz que, nos setores de alimentos, é comum a aplicação das Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC. "Para vender aos americanos, temos de atender a quase 30 requisitos. Quem quer acessar o mercado tem de aceitar as regras de conformidade."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Momento é de alívio, mas relações continuam delicadas

Diego Viana

Há nuvens nas relações bilaterais entre os EUA e o Brasil, mas momentos como o encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump na Casa Branca, em 7 de maio, trazem alívio. A fase da confrontação direta atravessada em 2025, com tarifas, ameaças e sanções, parece ter ficado para trás, pelo menos por enquanto. Os dois países se comprometeram a trabalhar juntos no tema do comércio bilateral e no combate ao crime organizado.

No entanto, considerando a célebre imprevisibilidade do presidente americano, tudo isso pode se inverter mais uma vez, alerta Nick Zimmerman, sócio-fundador da consultoria Dinâmica Americas e ex-diretor do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca para Assuntos do Brasil e do Cone Sul. Os Estados Unidos ainda estão empenhados em conter a presença chinesa na América Latina, o que coloca a participação brasileira nos Brics no olho do furacão.

Outros pontos de atrito persistem, desde a possibilidade de Trump tentar influenciar as eleições de outubro até a ameaça de declarar organizações criminosas brasileiras como grupos terroristas. Um tema particularmente delicado é a política de terras raras, que afeta diretamente os interesses econômicos de Washington: se o governo impedir empresas americanas de adquirir minas brasileiras, a retaliação pode ser pesada. A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Quando a visita de Lula à Casa Branca foi adiada, muitos pensaram que ela jamais aconteceria. Mas aconteceu e, ao final, ambos os presidentes declararam que o resultado foi positivo. Como o sr. interpreta essa reviravolta?

Nick Zimmerman: Fiquei surpreso quando o encontro foi anunciado. Achei que Trump relutaria em receber um líder crítico da guerra no Irã, justamente quando perde apoio dos americanos por causa dela. O fato de a visita ter acontecido, e a pedido da Casa Branca, ressalta o quanto Trump valoriza os relacionamentos pessoais em detrimento da ideologia. Ele gosta de Lula e desenvolveu uma conexão com ele, apesar do antagonismo de alguns de seus assessores políticos. Os ideólogos do Departamento de Estado que se aproximaram dos Bolsonaro foram marginalizados. O

Departamento de Estado nem sequer esteve presente na reunião, o que é revelador. No rescaldo imediato da visita, a perda de influência das vozes anti-Lula no governo Trump é a notícia mais importante do lado americano.

O resultado positivo da reunião diminui a probabilidade de Trump questionar o processo eleitoral brasileiro, apoiar Flávio Bolsonaro, implementar novas tarifas ou atacar o Pix. Mas deixo uma nota de cautela. Os amigos de Trump podem rapidamente se tornar inimigos. Basta ver o que está acontecendo entre Trump e a primeira-ministra Giorgia Meloni, da Itália. Além disso, as diretrizes de Trump para sua equipe podem ser vagas e deixar seus assessores com muita margem para interpretação e manobras. Ainda podemos ver surpresas e pontos de tensão à medida que esses grupos de trabalho se reúnem. Mas por ora a reunião foi uma vitória para Lula e para as relações BrasilEUA como um todo.

Valor: Considerando o tamanho do Brasil e sua economia, a "Donroe Doctrine" e a nova Estratégia de Segurança Nacional podem afetar o Brasil? Por exemplo, o caso da Venezuela e o bloqueio a Cuba devem acender um alerta?

Zimmerman: A elevação da América Latina e do Caribe na Estratégia de Segurança Nacional do governo Trump é uma questão relevante, que vai afetar de um jeito ou de outro todos os países das Américas. Não vejo uma relação direta que possa atingir o Brasil a partir dos casos da Venezuela e de Cuba, mas é evidente que a ênfase em dar apoio a lideranças ideologicamente alinhadas ao governo americano na região ilustra por que houve tantas tentativas do regime de Trump para intervir na política brasileira, de maneiras que, eles acreditam, beneficiam a família Bolsonaro.

Valor: Um ponto sensível é o papel do Brasil como parceiro comercial da China e membro dos Brics. Considerando os esforços de Trump para reduzir a penetração chinesa na América Latina, estamos em rota de colisão?

Zimmerman: Quando Trump foi reeleito, eu pensava que uma colisão frontal seria inevitável. Não fiquei surpreso quando Trump anunciou o aumento agressivo de tarifas comerciais contra o Brasil, nem

com as sanções contra Alexandre de Moraes, embora acredite que ambas as ações foram injustificáveis, hipócritas e contraproducentes. O que me deixou mais surpreso foi que os setores privados dos EUA e do Brasil acabaram conseguindo chegar a um acordo, o que criou espaço para Trump e Lula desenvolverem sua suposta "química".

Valor: Podemos esperar novas medidas tarifárias ou de outra natureza?

Zimmerman: Não podemos descartar a possibilidade de Trump recorrer novamente a tarifas, já que isso está no seu DNA. Mas ele não tem mais a mesma autoridade para implementar tarifas amplas, devido às derrotas judiciais que sofreu. Ele também está sofrendo por causa da **inflação** e os democratas já perceberam sua vulnerabilidade no tema do poder de compra. Por isso, é improvável que ele recorra a novas tarifas sobre as principais exportações brasileiras, como café e carne, em ano eleitoral. Mais viáveis são as sanções direcionadas ao Pix, por exemplo. Ou em casos em que as autoridades americanas considerem a regulamentação brasileira do setor de tecnologia como "contrária à liberdade de expressão".

O Brasil não é uma prioridade para Trump e duvido que ele tenha capacidade ou disposição para tomar medidas abrangentes no curto prazo. Talvez alguns de seus assessores o convençam do contrário. Uma das razões pelas quais as previsões sobre Trump e o Brasil são difíceis é que sua equipe não está unida sobre o assunto. Trump parece ter uma visão mais positiva de Lula do que a sua entourage. Alguns de seus assessores econômicos também entendem as oportunidades que existem no Brasil, mas

autoridades políticas, em agências como o Departamento de Estado, apoiam Bolsonaro e querem se opor a Lula.

Valor: A Suprema Corte dificultou o recurso a tarifas para pressionar países. Considerando esse episódio e a situação no Irã, a posição de Trump se enfraqueceu? Isso favorece o Brasil?

Zimmerman: Sim, sua posição se enfraqueceu consideravelmente. Trump nunca foi muito popular nos EUA, mas a lua de mel do segundo mandato acabou. Se as eleições de meio de mandato fossem amanhã, ele provavelmente sofreria perdas históricas. O Irã e a **inflação** mudaram o clima do país. A população não quer essa guerra. Dito isso, Trump tende a se tornar mais imprevisível e radical quando está vulnerável, então, não podemos dizer que um Trump enfraquecido, por si só, favorece o Brasil. E se a fraqueza de Trump o levar a realizar uma intervenção

militar unilateral em Cuba? Assim como na Venezuela, tais ações marginalizam o Brasil e mostram como sua influência regional diminuiu. Não acho que possamos tirar muitas conclusões definitivas sobre como a posição de Trump no plano doméstico impacta os interesses estratégicos do Brasil.

Valor: Pode-se dizer que é hora de se preparar para o "pós-Trump" nos Estados Unidos?

Zimmerman: Por razões semelhantes

à da resposta anterior, é cedo demais para dizer que estamos perto de um momento pós-Trump nos EUA. Ele remodelou o Partido Republicano e aproximou o país de um modelo autoritário competitivo. Infelizmente, seu impacto perdurará além de sua presidência. E precisamos observar atentamente como ele continua a interferir indevidamente nos processos eleitorais do país. É preciso levar a sério os esforços para suprimir o voto nos EUA.

Valor: No Brasil, há um temor, sobretudo entre os apoiadores do governo, de que o governo americano tente intervir nas eleições, e o exemplo citado é o da ajuda de US\$ 20 bilhões à Argentina no ano passado. Quais são suas expectativas em relação a essa possibilidade?

Zimmerman: É uma pena, mas as relações entre os EUA e o Brasil se tornaram extremamente polarizadas e politizadas. Funcionam menos, no nível de Estado para Estado, do que quando eu estava no governo. Por isso, algum tipo de intervenção nas eleições brasileiras parece inevitável. Mas nem todas as intervenções são iguais. Veja, por exemplo, a defesa da legitimidade do processo eleitoral brasileiro em 2022 feita pelo governo [do democrata Joe] Biden, em resposta às alegações infundadas de fraude eleitoral de Jair Bolsonaro. Isso foi rotulado por alguns como "intervencionismo", mas foi uma defesa das instituições e da soberania brasileiras. Então, a verdadeira questão é: como será a intervenção dos EUA neste ano?

Valor: Há algum sinal quanto a isso?

Zimmerman: Vamos supor que seja só o apoio de Trump a Flávio Bolsonaro. Isso não seria diferente de quando Jair Bolsonaro apoiou a candidatura fracassada de Trump à reeleição em 2020 ou de quando Lula apoiou Biden e Kamala [Harris em 2024]. Não sou especialista em política eleitoral brasileira, mas suspeito que tais apoios não tenham grande

importância para os eleitores. É claro que a intervenção poderia ser algo mais agressivo, como novas tarifas, a designação do PCC e do CV como

organizações terroristas ou o lançamento de dúvidas sobre a integridade do processo eleitoral. Algumas dessas ações poderiam ter impacto nas eleições brasileiras e, ironicamente, esse impacto provavelmente seria contrário às preferências de Trump.

Valor: Ainda sobre as eleições, os apoiadores de Lula também têm uma certa aposta no chamado "efeito Trump": do Canadá à Hungria, candidatos pró-Trump vêm sendo derrotados, acredita-se que por repúdio ao americano. Esse efeito existe? Ele vale para o Brasil?

Zimmerman: Acredito que o "efeito Trump" existe, sim, só que ele age em ambas as direções. O apoio de Trump prejudicou candidatos no Canadá e na Hungria, mas beneficiou outros na Argentina e Honduras. No Brasil, o "efeito Trump" vai depender do que a intervenção dos EUA vier a envolver. É compreensível que Trump não seja popular no Brasil, mas se ele se limitar a apoiar Flávio ou implementar tarifas direcionadas, que não impactem grandes parcelas da população, não tenho certeza se haverá um grande "efeito Trump". A menos que a Casa Branca implemente mais uma vez tarifas amplas, que prejudiquem o bolso dos brasileiros comuns, acho que esta eleição será decidida por dinâmicas internas do Brasil. Isso acontece também nas eleições americanas, já que ambos são países continentais, que tendem a ser isolados.

Valor: Outro temor é esse que o sr. mencionou: que o governo Trump avance com o projeto de declarar o PCC e o CV como terroristas, o que permitiria intervenções no sistema financeiro nacional. Qual é a probabilidade de que isso aconteça e quão poderoso seria o impacto?

Zimmerman: Acho que é muito possível, para não dizer provável. Seria uma decisão equivocada e poderia criar uma série de novos pesadelos de conformidade para empresas que operam no Brasil, além de abrir espaço para novas formas de sanções e pressão do governo Trump. Também acho que poderia representar um desafio político para Lula durante o ciclo eleitoral.

Valor: Uma recente causa de atrito foi a compra da mineradora Serra Verde pela USA Rare Earth, que pode ser barrada. Esse caso pode levar a uma intervenção americana mais pesada?

Zimmerman: Sim. O governo Trump se preocupa muito com o acesso a minerais críticos. É uma parte fundamental de sua estratégia para reduzir os riscos em relação a Pequim. Se o governo brasileiro bloquear o acordo, acredito que a Casa Branca poderá responder de forma muito agressiva. Esse tipo de

questão tem o potencial de enfurecer Trump e levá-lo a buscar medidas punitivas contra o Brasil.

Além disso, acredito que o cancelamento desse tipo de acordo não atenderia, em última análise, aos interesses estratégicos do Brasil. Afinal, o domínio da China no setor de minerais críticos a torna, essencialmente, a principal concorrente do Brasil nesse segmento. Por isso, o Brasil precisa encontrar outros parceiros, como os Estados Unidos, que ofereçam investimentos de alto valor agregado. Essa parece ser uma questão importante, que devemos, de fato, acompanhar de perto.

Valor: Recentemente, em parte devido à agressividade de Trump, houve uma aproximação do Brasil com a Europa, com a ratificação do acordo Mercosul-UE e também encontros amistosos com Macron, Sánchez e Merz. Como esse movimento é visto desde Washington?

Zimmerman: Para aqueles em Washington que se importam com a democracia e as estruturas de alianças globais, o acordo comercial é mais um exemplo da comunidade democrática de nações deixando os Estados Unidos para trás. Não sei o que Trump pensa sobre o acordo, mas suspeito que ele mal esteja ciente dele.

Valor: Antigamente, havia a ideia de estabelecer uma "relação especial" entre os EUA e o Brasil, devido a semelhanças como o território, a composição multirracial, a democracia federativa etc. Alguns analistas falavam da possibilidade de o Brasil ser um intermediário da política americana na região. Essa ainda é uma ideia que faz sentido no contexto atual?

Zimmerman: Na minha opinião, o último presidente dos EUA que considerou o Brasil como um possível interlocutor na região foi George W. Bush. Já faz muito tempo que essa dinâmica que você descreve não existe. Mesmo naquela época, o Brasil não era visto como um interlocutor para o continente como um todo, mas, sim, para a América do Sul. Washington tem muitos interesses e muita história na região para não se engajar diretamente com os parceiros sul-americanos. Além disso, a maioria dos países sul-americanos não quer que seu relacionamento com os Estados Unidos seja mediado pelo Brasil.

Quando trabalhei com as relações com o Brasil na Casa Branca de Obama, de 2014 a 2016, por exemplo, certamente queríamos coordenar com o Brasil em questões regionais. Mas nossa principal prioridade era criar um nível de ambição mais elevado no relacionamento como um todo, que refletisse o fato de sermos duas das maiores democracias do mundo. Queríamos que nossa cooperação fosse global, não

apenas regional. O melhor exemplo disso foi a histórica declaração conjunta sobre mudanças climáticas assinada pelos presidentes Obama e Dilma Rousseff em 2015, que desempenhou um papel importante na aprovação do Acordo de Paris sobre o clima.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>